

A Relação Escola-Família Frente ao Insucesso Escolar: Desafios e Possibilidades para a Participação das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social.

Maria Luiza Macedo da Rocha¹
Fatima Maria Leite Cruz²

RESUMO: A presente pesquisa teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, as implicações da relação escola-família na construção social do fracasso escolar, considerando as desigualdades socioeconômicas e educacionais que impactam esse processo. O fracasso/insucesso escolar permanece sendo um grande desafio no Brasil, mesmo diante dos esforços de diversas políticas públicas voltadas, mais recentemente, à inclusão educacional e à redução das desigualdades. Nesse contexto, a relação entre escola e família representa um papel fundamental no desempenho acadêmico dos estudantes, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: Fracasso/insucesso escolar; relação escola-família; desigualdades; vulnerabilidade social; Participação familiar.

1. INTRODUÇÃO

O sucesso e o fracasso/insucesso escolar são conceitos que refletem, em grande parte, a trajetória dos estudantes no sistema educacional do país, considerando aspectos como rendimento escolar, progressão e conclusão de etapas previstas. Tais fenômenos reverberam em implicações para o indivíduo e para a sociedade: enquanto o sucesso escolar contribui para o desenvolvimento pessoal e social do estudante, o fracasso escolar está relacionado à reprodução de ciclos de desigualdade e exclusão. Dentro desse contexto, compreende-se que o sucesso ou insucesso escolar não é determinado apenas pelo empenho do estudante em suas atividades e/ou pela qualidade da escola e dos professores, mas, sim, pela soma de diversos fatores, incluindo entre estes, também a parceria estabelecida entre escola e família.

Ao longo da minha vida acadêmica contemplei com grande interesse a área da avaliação da aprendizagem que designa os parâmetros do que é considerado sucesso/insucesso escolar, e atuando em escolas da rede privada e pública, como

auxiliar de desenvolvimento infantil, bem como apoio pedagógico de estudantes com necessidades especiais, vivenciei inquietações acerca desse tema e as relações com esses fenômenos. Em ambos os espaços escolares nutri preocupações a respeito, especificamente, dos impactos da participação da família ou a falta desta, para o desempenho dos educandos.

Na experiência como apoio pedagógico de um estudante com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), em uma escola pública da rede municipal do Recife, deparei-me com um obstáculo adicional: a criança, que estava em processo de alfabetização e letramento não conseguia realizar as atividades de casa, pois não tinha o apoio necessário, porque seus pais eram analfabetos. Tal situação me fez refletir como a falta desse apoio em casa poderia impactar em seu desempenho escolar e sócio emocional.

No que se refere ao desempenho escolar dos estudantes, desde 1990, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é responsável por medir o desempenho acadêmico dos estudantes, em todo o país, por meio da aplicação de testes pedagógicos. É a partir dos resultados dessa avaliação de larga escala que se pretende o aprimoramento e/ou criação de políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade educacional. A avaliação do SAEB de 2021 teve como foco para a área de língua portuguesa, a leitura, com o intuito de verificar os níveis de compreensão, análise e interpretação de textos. Já em matemática, o foco foi a resolução de problemas, com o objetivo de avaliar a habilidade dos alunos em observar, estabelecer relações, argumentar e validar processos envolvendo operações matemáticas e raciocínio lógico (INEP, 2021).

A tabela, a seguir, apresenta a distribuição percentual dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental nos níveis de proficiência para a área de Língua Portuguesa e Matemática, de acordo com os resultados obtidos pela avaliação do SAEB de 2021. A tabela está organizada do menor para o maior nível de proficiência.

Nível de Proficiência	Percentual de estudantes em Língua Portuguesa	Percentual de estudantes em Matemática
Nível 0	5,7%	1,9%

Nível 1	10,0%	6,5
Nível 2	12,7%	12,9
Nível 3	15,4%	17,5
Nível 4	17%	18,8
Nível 5	16,3%	16,7
Nível 6	12,4%	12,6
Nível 7	6,7%	8,0
Nível 8	3,2%	3,7
Nível 9	0,5%	1,4

A partir dos dados obtidos observa-se que, tanto em língua portuguesa quanto em matemática, há uma grande concentração de alunos nos níveis mais baixos de proficiência, o que sugere que há dificuldades na compreensão e aplicação funcional de conteúdos essenciais às aprendizagens mais complexas. Do mesmo modo, observa-se uma pequena parcela de alunos nos níveis mais avançados do rendimento escolar.

Mesmo que haja muitas controvérsias a respeito das avaliações dos sistemas e seus instrumentos avaliativos, às vezes diversos do cotidiano vivido nas salas de aula, esses resultados evidenciam que uma parcela significativa dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental ainda não desenvolveram as habilidades básicas esperadas para as áreas de língua portuguesa e matemática, o que denuncia a persistência de um cenário de baixa aprendizagem das competências fundamentais para a conclusão da etapa dos anos iniciais. É intrigante que, mesmo diante dos esforços de diversas políticas públicas que visam, mais recentemente, promover a inclusão e reduzir as desigualdades, o fracasso escolar continua sendo um desafio persistente no Brasil.

Exemplos de algumas políticas públicas, tais como o Programa Bolsa Família, Auxílio Brasil, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), ProInfância, Busca Ativa Escolar, entre outros, trouxeram avanços importantes para a educação

escolar, tais como a redução da evasão escolar e a ampliação do acesso à educação básica. Esses avanços, porém, ainda não foram suficientes para resolver as desigualdades em suas raízes que culminam na persistência das altas taxas de retenção e baixos índices de desempenho acadêmico.

No que se refere à participação da família no processo de aprendizagem tem-se que a família constitui o primeiro agente de socialização e aprendizado do ser humano, e, desse modo, exerce um grande impacto no desempenho acadêmico e no desenvolvimento socioemocional das crianças. A participação dos pais na vida escolar de seus filhos configura um grande desafio, visto que a realidade de muitas famílias brasileiras é marcada por, dentre outras questões, condições de vulnerabilidade social, incluindo baixos níveis de escolaridade e analfabetismo. Os dados de 2018 do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), apontam que 29% da população entre 15 e 64 anos é considerada analfabeta funcional, com 8% sendo analfabetos absolutos. Além disso, apenas 12% da população atinge o nível de alfabetismo proficiente, isto é, apresentam a capacidade de compreender e utilizar informações textuais plenamente.

Sendo assim, a ausência de apoio e estímulos educacionais no ambiente familiar, podem deixar lacunas significativas no aprendizado das crianças, tanto no aspecto cognitivo, quanto na dimensão emocional que podem afetar a autoestima e a motivação para os estudos formais. Este cenário evidencia a importância de se compreender um dos aspectos que interferem no rendimento escolar, qual seja, o analfabetismo das famílias, sobretudo, as que vivem em condições de vulnerabilidade social

Este TCC- Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia tem como objetivo geral analisar, com base na literatura da área, as implicações entre a relação escola-família e a construção social do fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, considerando as desigualdades socioeconômicas e educacionais que impactam esse processo. Tem-se como objetivos específicos: 1) Investigar como a participação da família influencia o desempenho escolar das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental; 2) Compreender os desafios enfrentados por famílias em situação de vulnerabilidade social no acompanhamento e mediação do aprendizado escolar dos filhos; 3) refletir de que forma a escola pode contribuir para fortalecer o envolvimento familiar na trajetória educacional dos estudantes, respeitando suas realidades.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Família e educação escolar

O conceito de família como a representação de algo privado e íntimo, tal como compreendemos atualmente, é, de certo modo, uma concepção recente. Na Idade Média, a família tinha uma configuração mais ampla e coletiva, na qual as atividades da casa misturavam-se às funções públicas, os laços afetivos entre pais e filhos eram quase inexistentes, e as crianças rapidamente adentravam ao mundo dos adultos na convivência e práticas laborais. Considerava-se “família”, os membros que residiam juntos, como pais, filhos e funcionários; um grupo doméstico ligado mais pela convivência cotidiana do que por um sentido simbólico e afetivo (Ariès, 1981).

Ademais, a concepção de educação na idade média, denominada “aprendizagem”, não possuía um caráter formal, pois, estava intrinsecamente ligada às práticas do cotidiano e das atividades de trabalho. As famílias conservavam seus filhos em casa até os sete anos, e após essa idade eles eram mandados para casas alheias para serem “aprendizes”, onde aprendiam observando e imitando os mais experientes, não só os serviços domésticos, mas também valores e comportamentos sociais (Ariès, 1981). Esse modelo de educação informal contrastava com a posterior institucionalização do ensino, na qual a família passou a ter um papel mais ativo no acompanhamento da escolarização das crianças.

Segundo Ariès nessa mesma obra, a evolução da iconografia nos demonstra o surgimento do “sentimento da família”, entre os séculos XV e XVI, inexistente na Idade Média, e revela cenas do cotidiano que transmitem afeto, como momentos de refeição à mesa. Essa mudança no sentimento da família foi marcado também pela transformação da concepção de infância e das relações com a criança. A iconografia da época, como as cenas da 'Benedicite' — em que surge a imagem da criança mais jovem da família recitando uma prece antes das refeições —, reflete não apenas um aspecto religioso da vida familiar, mas também a crescente valorização da infância no seio familiar.

A nova configuração de família e infância também teve reflexos na educação. Com essa nova visão intimista e privada, surgiram preocupações tanto religiosas quanto pedagógicas, além do desejo dos pais de manterem seus filhos mais próximos, o que impulsionou o aumento da frequência escolar e a transição do aprendizado doméstico para a educação formal. Nesse contexto, a educação começou a se

expandir, para além dos clérigos, inicialmente atendendo a aristocracia e a burguesia emergente, e alcançando parcelas das camadas populares apenas no século XVIII e XIX.

A família é o primeiro espaço de socialização da criança, desempenhando um papel fundamental em sua formação emocional. A escola complementa esse papel socializador, ao oferecer um ambiente diferente, mas igualmente essencial para seu desenvolvimento. A escola, enquanto meio social:

[...] é um ambiente diferente da família, porém bastante propício ao seu desenvolvimento, pois é diversificado, rico em interações e permite à criança estabelecer relações simétricas entre parceiros da mesma idade e assimetria entre adultos. (Sarnoski, 2014, p. 5)

Rocha (2016, p. 4) reforça essa ideia ao afirmar que a escola funciona como uma continuidade do ambiente familiar, não se restringindo apenas à transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas também contribuindo para o desenvolvimento pleno da individualidade de cada aluno. Partindo desta perspectiva, podemos afirmar que família e escola, embora desempenhem papéis distintos, compartilham a intenção de promover o desenvolvimento integral das crianças, contudo, em vez de ser estabelecida uma relação de parceria mútua, historicamente foi construído um clima de tensão entre essas instâncias.

No Brasil, a década de 1970 marcou a expansão do acesso à educação com a implementação da Lei nº 5.692/1971, que tornou obrigatório o ensino fundamental com duração de 8 anos, no entanto, a massificação do acesso não foi acompanhada de um aumento proporcional da qualidade do ensino oferecido pelas instituições escolares. Naquele contexto de ditadura militar, houve a expansão das redes públicas, sem a preocupação com a qualidade e a formação dos professores; porões se tornaram escolas; quem tivesse influência política se tornava professor; e foi divulgada a ideia de que a família e a escola deveriam ser parceiras no processo educativo, atribuindo aos pais, de forma estratégica, um papel ativo na aprendizagem de seus filhos (Cruz e Santos, 2008).

Ao longo das décadas seguintes, essa expectativa de participação familiar passou por conflitos. Na década de 1990, a ideia simplista de "família desestruturada" ganhou força como justificativa para o insucesso educacional de crianças e jovens. Como apontam Cruz e Santos (2008), a culpa pelo insucesso escolar foi atribuída quase exclusivamente à incapacidade da família de cumprir com o papel de educar

seus filhos. Essa ideia desconsidera, no entanto, a complexidade do assunto simplificando-a à atribuição de um culpado, quando, na verdade, a problemática tem raízes profundas e desafios estruturais. Essa abordagem desconsidera a necessidade de políticas públicas eficazes e de práticas pedagógicas mais inclusivas dentro das escolas, visto que as famílias são diversas em suas realidades e capacidades e que um modelo único de participação não atende às necessidades de todos.

Tanto a família quanto a escola são instituições dinâmicas, que passaram por constantes transformações ao longo da história. Essas mudanças são influenciadas por fatores sociais, políticos e econômicos, que moldam a relação entre escola e família, tornando fundamental compreender que o sucesso ou insucesso escolar não pode ser atribuído a um único agente isolado, mas deve ser analisado levando em consideração a pluralidade dos aspectos que podem impactar o desempenho escolar dos estudantes.

2.2 Avaliação da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental

A avaliação da aprendizagem constitui-se como um componente fundamental do processo educativo, já que, por meio dela é possível pensar e organizar o fazer pedagógico para garantir a aprendizagem de todos os estudantes de forma exitosa. Luckesi (2002) caracteriza a avaliação como uma forma de atribuir juízo de valor sobre a qualidade do objeto, a partir dos critérios anteriormente definidos, para que assim possa tomar uma posição, tendo em vista que seu objetivo não é apenas descrever a realidade, mas intervir nela. Nesse viés, significa dizer que o professor deve utilizar os resultados da avaliação para promover melhorias no ensino e na aprendizagem, garantindo que ela cumpra seu papel transformador.

O autor, na mesma obra, discorre que o modelo liberal e conservador da sociedade deu origem a pedagogias diferentes, mas com o mesmo propósito: preservar a estrutura social existente. Nesse contexto liberal e conservador, a prática de avaliar se constitui como um “instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais” (Luckesi, 2002, p. 32). De maneira oposta, considera que a avaliação da aprendizagem quando tem o objetivo de contribuir para mudanças significativas, deve ser direcionada de forma democrática e alinhada a uma abordagem pedagógica comprometida com a transformação social. Isso significa dizer que a avaliação deve servir ao desenvolvimento dos estudantes de maneira equitativa, garantindo oportunidades de aprendizagem para todos.

Historicamente, a avaliação escolar foi predominantemente classificatória, com foco na mensuração do desempenho dos alunos por meio de notas e aprovações ou reprovações. Com métodos e procedimentos classificatórios é centrada na ideia de que a aprendizagem pode ser quantificada e hierarquizada, geralmente a partir de instrumentos formais como as provas, que determinam se o aluno atingiu ou não os critérios estabelecidos e, caso não tenha atingido, resulta em punição (reprovação). Cruz (2021) afirma que durante muito tempo, a aprendizagem foi relacionada à memorização, o que não credibiliza os demais aspectos relacionados aos processos cognitivos e afetivos do desenvolvimento. Esse entendimento, portanto, levava os processos de ensino e de aprendizagem a assumirem um caráter de mera reprodução dos conteúdos escolares, assim como uma visão determinista da inteligência, que era tratada como um dom inato a determinados grupos. Dessa forma, a avaliação se tornava um mecanismo de controle e exclusão social, separando aqueles que aprendem dos que supostamente não aprendem.

A avaliação classificatória, como aponta Luckesi (2002, p. 35) “constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento”, ou seja, é uma avaliação com o fim em si mesma. Nessa lógica, a avaliação não assume a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento dos educandos, tampouco reflete acerca da própria prática pedagógica, com o intuito de rever os métodos de ensino para garantir que todos recebam diferentes oportunidades de aprendizagem.

É fato que essa concepção avaliativa ainda hoje é muito adotada pelas instituições escolares e práticas docentes, seja por falta de formação continuada sobre práticas avaliativas inovadoras, seja porque os docentes apresentam resistência à mudança. Essa perspectiva reduz a avaliação a um instrumento de julgamento e, muitas vezes, de punição, desconsiderando o processo de desenvolvimento individual de cada estudante.

Com o avanço das pesquisas em educação, novas concepções de avaliação emergiram, contrapondo-se à avaliação classificatória e tornando a discussão acerca das maneiras de avaliar a aprendizagem, mais vasta. A avaliação da aprendizagem, sob uma ótica sociointeracionista, extrapola a ideia de quantificação do desempenho dos estudantes, pois se constitui como um processo de continuidade, que busca redirecionar e aprimorar as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano. Ainda, compreende que as aprendizagens ocorrem na diversidade, na interação dos sujeitos

envolvidos no processo educativo, no ato de reflexão e na participação ativa dos estudantes na sala de aula (Cruz, 2021).

Autores como Luckesi (2002), Perrenoud (2000 *apud* Almeida, Cruz e Gomes, 2022) e Hoffmann (2011) em seus estudos, criticam o método avaliativo tradicional que reforça a exclusão, e defendem práticas avaliativas mais reflexivas e centradas no desenvolvimento dos estudantes e recurso reflexivo acerca do aprimoramento das práticas docentes. Nesse sentido, vale destacar a concepção de avaliação formativa (Perrenoud, 2000 *apud* Almeida, Cruz e Gomes, 2022), pautada no acompanhamento processual e contínuo do desenvolvimento dos educandos, com o intuito de identificar avanços, bem como eventuais dificuldades, permitindo que sejam realizados os ajustes necessários para garantia da aprendizagem.

Para Hoffmann (2011) o professor deve atuar como mediador da aprendizagem, ajudando os alunos a compreenderem seus erros e a avançarem em seu desenvolvimento, entendendo que esse processo de “confiança mútua [...] pode transformar o ato avaliativo em um momento prazeroso de descoberta e troca de conhecimento.” (Hoffmann, 2011, p. 67).

Luckesi (2002, p. 172), por sua vez, enfatiza a avaliação como um ato amoroso “no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo”; Uma atividade “racionalmente definida”, a fim de possibilitar “um encaminhamento político e decisório, a favor da competência de todos para a participação democrática da vida social.” (Luckesi, 2002, p.46).

A avaliação da aprendizagem, quando utilizada de maneira reflexiva, pode potencializar o desenvolvimento dos estudantes e contribuir para uma educação mais inclusiva e que cumpra seu papel transformador das realidades sociais, no entanto, a persistência de práticas avaliativas classificatórias e excludentes impactam de maneira ainda mais intensa os alunos, cujas famílias possuem pouca escolarização ou não conseguem acompanhar de perto o percurso escolar dos seus filhos. Sem um suporte familiar adequado para mediar as dificuldades de aprendizagem e interpretar os resultados avaliativos, esses estudantes tornam-se mais vulneráveis ao insucesso escolar, o que reforça um ciclo de desigualdade educacional.

2.3 Fracasso/Insucesso escolar

O insucesso escolar pode ser compreendido como a incapacidade do sistema educacional de garantir que todos os estudantes alcancem níveis satisfatórios de aprendizagem e progresso acadêmico. Esse fenômeno se manifesta, principalmente,

por meio da retenção, da evasão e do baixo desempenho em avaliações no cotidiano e/ou nos exames avaliativos do sistema educacional. Importante salientar que o insucesso escolar atinge de forma mais intensa, não coincidentemente, os estudantes oriundos das camadas socialmente vulneráveis.

Charlot (2000, p.16) argumenta que o “fracasso escolar” como algo abstrato não existe; o que de fato existe são “alunos em situações de fracasso”, ou seja, estudantes que enfrentam o fracasso, contextos que favorecem esse fenômeno e trajetórias escolares marcadas por dificuldades e insucessos. O autor destaca também que o fracasso escolar está inserido em um amplo debate que envolve questões como a aprendizagem, a qualidade do serviço público, a atuação dos professores, a equidade de oportunidades, entre outros.

Patto (2022) ao estudar as raízes históricas do fracasso escolar, aponta que as desigualdades no desempenho educacional entre diferentes grupos sociais têm origem em transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram entre os séculos XVIII e XIX, impulsionadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial. Foi nesse contexto que a educação passou a ser vista tanto como um direito universal, quanto como um instrumento para formar a força de trabalho necessária ao capitalismo emergente. Embora o discurso iluminista defendesse a igualdade, na prática, a escola foi estruturada de maneira seletiva, oferecendo ensino de qualidade superior às elites e uma educação básica e funcional às classes populares.

Com o avanço da Revolução Industrial, a escola tornou-se um mecanismo de disciplinamento social e os estudantes que não se adequaram às suas exigências passaram a ser considerados “naturalmente incapazes”. No século XIX, a ascensão da psicologia científica e das teorias positivistas reforçou essa visão, atribuindo o insucesso escolar às situações de déficits individuais – sejam eles cognitivos ou emocionais – enquanto as desigualdades estruturais do próprio sistema educacional eram ignoradas. Dessa forma, a escola, que poderia ser um espaço de promoção da equidade, consolidou-se historicamente como um instrumento de reprodução das hierarquias sociais, perpetuando ciclos de seletividade e exclusão escolar e social.

Essas desigualdades históricas ainda se refletem na relação entre escola e família, sobretudo, no desempenho dos filhos das classes trabalhadoras. Muitas famílias enxergam a escola como um meio de ascensão e mobilidade social para seus filhos, e enfrentam um sistema que, além de não oferecer suporte adequado, impõe exigências que desconsideram os contextos de vida desses usuários. A participação

ativa dos pais na vida escolar das crianças é, frequentemente, cobrada sem levar em conta fatores como longas jornadas de trabalho dos pais, tempos prolongados de deslocamento para as situações laborais, dificuldades financeiras e até o próprio analfabetismo. Como consequência, essas famílias acabam sendo vistas como ausentes ou negligentes, quando, na verdade, enfrentam barreiras estruturais que dificultam sua inserção no ambiente escolar. Cruz e Santos (2008) destacam que a relação entre famílias e escolas no Brasil deve ser analisada dentro de um contexto socioeconômico mais amplo, pois:

Na sociedade brasileira, a construção interativa dos pais com a escola emerge em um projeto de sociedade de classes, de base capitalista, cuja ordem econômica é perversa em sua constituição, por ser uma herança que os países de capitalismo periférico receberam de seus colonizadores pregressos e também dos neocolonizadores contemporâneos, nestes tempos da globalização (p. 3).

A dificuldade de participação das famílias na educação dos filhos não pode ser vista como uma questão isolada que culmina no insucesso escolar dos seus filhos, mas sim como um reflexo da estrutura social excludente e na maneira que a escola exige essa participação, que perpetua desigualdades e transfere a responsabilidade pelo insucesso escolar às próprias vítimas. Esse discurso, muitas vezes sustentado por uma visão meritocrática, reforça a crença de que o fracasso escolar ocorre devido ao desinteresse ou à negligência familiar, ocultando as reais limitações e desafios que as camadas mais pobres enfrentam para garantir uma educação de qualidade para seus filhos.

2.4 função social da escola e suas relações com o acompanhamento do desempenho dos alunos.

No que se refere à escola, Cruz e Santos (2008) apontam que sua função social vai além da preparação para o mercado de trabalho e da transmissão de conhecimentos acadêmicos. A escola é um espaço fundamental para o desenvolvimento integral da criança, é onde ela “tem acesso à organização e ao desenvolvimento de marcas; se apropria da cultura; aprende a lidar com a sexualidade e objetiva a falta que lhe assegura a convivência interpessoal saudável” (Cruz e Santos, 2008, p. 8). Nesse viés, a escola não deve ser um espaço exclusivo para a formação acadêmica e/ou capacitação profissional, mas sim compreendida como

parte essencial para a construção da identidade, da socialização e da vivência cultural das crianças.

Podemos compreender que a função social da escola está relacionada também à sua capacidade de garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem social. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), o bom funcionamento das escolas deve estar a serviço da aprendizagem dos alunos, e, sendo assim, deve garantir condições que favoreçam um bom ensino. Para tanto, a atuação dos professores no cotidiano escolar desempenha um papel fundamental:

Na sala de aula, podemos realizar, como professores, a justiça social em matéria de educação. Por meio da formação cultural - de sólidos conhecimentos e capacidades cognitivas fortemente desenvolvidas, os filhos das camadas médias e pobres da população podem tomar posse de uma vida mais digna e mais completa, com maior capacidade operativa (saber fazer, saber agir) e maior participação democrática (Libâneo; Oliveira e Toschi, 2012, p. 494).

Assim, a escola não pode se limitar a ser um espaço de reprodução das desigualdades sociais, ao contrário, deve atuar como um agente transformador, que garante que todos os estudantes tenham oportunidades de alcançar um bom desempenho escolar e que os capacite para uma participação ativa na sociedade.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo geral é analisar, com base na literatura, as implicações entre a relação escola-família e a construção social do fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, considerando as desigualdades socioeconômicas e educacionais que impactam esse processo. Para isso, será adotado como procedimento metodológico a Revisão Sistemática da Literatura (RSL).

3.1 Abordagem Qualitativa

Utilizou-se a abordagem qualitativa, visto que esta permite aprofundar a compreensão de fenômenos sociais como o insucesso escolar, sem se limitar à quantificação de dados. Conforme Neves (1996, p. 1), essa abordagem “[...] costuma ser direcionada ao longo de seu desenvolvimento. Além disso, não busca enumerar

ou medir eventos.” Da mesma forma, Minayo, Deslandes e Gomes (2001, p. 21) destacam que a pesquisa qualitativa:

Se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis.

Assim, a pesquisa buscou analisar criticamente os fatores estruturais que contribuem para o insucesso escolar, problematizando os desafios e as possibilidades da participação da família no processo educacional.

3.2 Revisão Sistemática da Literatura

A revisão Sistemática da Literatura é, segundo Galvão e Ricarte (2019) um procedimento metodológico que segue critérios rigorosos para identificar, selecionar, analisar e interpretar um conjunto de estudos, possibilitando uma visão ampla de como a temática vem sendo discutida na atualidade e contribuindo para a construção de novas pesquisas.

3.3 Etapas da Pesquisa

Inicialmente, definiu-se a problemática central da pesquisa, que buscou analisar "De que forma a relação entre escola e família, considerando as desigualdades socioeconômicas e educacionais, influencia a construção social do fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental?". Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1) Investigar como a participação da família influencia o desempenho escolar das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental; 2) Compreender os desafios enfrentados por famílias em situação de vulnerabilidade social no acompanhamento e mediação do aprendizado escolar dos filhos; 3) refletir de que forma a escola pode contribuir para fortalecer o envolvimento familiar na trajetória educacional dos estudantes, respeitando suas realidades.

A segunda etapa constitui-se na seleção das bases de dados, as quais foram consultadas para a busca dos materiais selecionados para a análise, e na definição das estratégias de busca. Nesse sentido, adotamos as seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO); Google Acadêmico; CAPES Periódicos e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Como estratégia de

busca, descritores específicos, combinando palavras-chave relacionadas ao tema. Além disso consideramos sinônimos e variações do mesmo conceito para ampliar os resultados sem perder relevância, tais como: Insucesso/fracasso escolar + participação da família; Insucesso/fracasso escolar + envolvimento parental; desigualdades educacionais + desempenho acadêmico; Escola-família + Desempenho escolar.

Em seguida, com o intuito de selecionar os materiais pertinentes para a presente pesquisa, aplicamos os critérios de inclusão e exclusão. Sendo assim, incluídos: 1) Estudos publicados nos últimos 5 anos; 2) pesquisas com idioma português; 3) que constava no título, resumo ou palavras-chave algum dos descritores definidos, e que estejam alinhados ao problema de pesquisa. Foram excluídos: 1) trabalhos repetidos; 2) produções em outros idiomas que não português.

Após serem empregados os critérios de seleção, os materiais foram organizados em uma pasta para a leitura. Em seguida foi realizada a leitura sistematizada dos materiais selecionados, seguindo os níveis de leitura propostos por Gil (2008), que possibilitam uma leitura sistemática de forma aprofundada, sendo eles: 1) leitura exploratória, na qual são analisados os títulos, resumos e palavras-chave dos estudos para verificar sua pertinência quanto aos objetivos desta pesquisa; 2) leitura seletiva, conduzida com foco em seções específicas dos textos, como introdução, metodologia e conclusões, com o intuito de identificar as contribuições mais relevantes para a problemática investigado; 3) leitura analítica, na qual os materiais foram lidos integralmente e realizadas a sistematização das principais ideias extraídas dos textos, por meio de resumo e fichamentos; 4) leitura interpretativa, nessa fase buscamos compreender significados, relações e implicações, refletindo criticamente acerca das ideias apresentadas nos materiais.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Seguindo os critérios de seleção pré-definidos pelo método de revisão sistemática da literatura, foi possível selecionar nove estudos inicialmente, incluindo teses e dissertações, que tratavam sobre o fracasso/insucesso escolar e sua relação social com a família, porém, após a leitura analítica, descrita na quarta fase das etapas de pesquisa, ou seja, lendo integralmente e sistematizando as principais ideias extraídas

dos textos, somente cinco estudos dentre estes estavam alinhados aos critérios de inclusão determinados pela metodologia e foram selecionados.

Os estudos que foram selecionados foram obtidos através das bases de dados Google Scholar e Scielo. Esses registros foram analisados, qualitativamente, pelo seu título, resumo e objetivos de pesquisa, sendo excluídos aqueles que não atendiam aos critérios de inclusão nessas categorias. Diante disso, pode-se observar abaixo na tabela 1 de triagem as informações essenciais de cada artigo e monografia que foram selecionados.

AUTOR, ANO	TÍTULO	TIPO	METODOLOGIA
Xavier, 2020	Relação escola-família: Influência no processo de ensino-aprendizagem do aluno	Monografia	Bibliográfica qualitativa, exploratória e descritiva
Santos, 2020	As contribuições da neuropsicopedagogia para o insucesso escolar: possibilidade de restauração da escola e família	Artigo	Pesquisa bibliográfica
Paulino, 2020	A relação entre pais e escola: a influência da família no desempenho escolar do aluno	Monografia	Bibliográfica e questionários
Rosa; Magalhães; Silveira, 2024	Envolvimento família-escola e suas implicações no desempenho escolar na educação básica	Artigo	Observacional comparativo, quantitativo, de corte transversal
Sampaio et al, 2025	Parceria escola e família: elemento chave para o sucesso escolar	Artigo	Bibliográfica qualitativa e entrevistas

Tabela de triagem 1 - Elaborada pela autora, 2025

Na tabela 1, é possível observar alguns dados pertinentes em relação aos estudos selecionados e a temática da pesquisa. Nos estudos selecionados pela RSL, a maior parte tem como metodologia de pesquisa bibliográfica/qualitativa, sem apresentação de estatísticas diretas, com exceção da pesquisa de Paulino (2020) e de Rosa et al. (2024) que concebem uma abordagem que possui dados empíricos através da realização de questionários e de estudos quantitativos.

Observa-se, diante desses resultados que, dos 5 trabalhos analisados, 3 trabalharam com a metodologia bibliográfica qualitativa: Xavier (2020), Santos (2020)

e Sampaio et al. (2025), enquanto somente Paulino (2020) trabalhou com o método de aplicação de questionário e a pesquisa de campo e Rosa et al. (2024) pelo método empírico quantitativo, observacional e comparativo.

Além disso, pode-se notar que na temática dos trabalhos há uma falta de pesquisas de abordagem interdisciplinar, pois somente a pesquisa de Santos (2020) ampliou a discussão ao interligar o fracasso na educação básica à neuropsicopedagogia. Ademais, nota-se um padrão temporal das metodologias utilizadas para o tema, em que, em 2020 houve maior predominância da revisão teórica, em 2024 surgem mais estudos empíricos e quantitativos.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nos seguintes resultados evidenciados, buscou-se compreender, diante da presente Revisão Sistemática da Literatura, quais as implicações entre a relação escola/família e a construção social do fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, levando em consideração as desigualdades econômicas, sociais e educacionais que impactam esse processo de aprendizagem. Os autores selecionados Xavier (2020), Santos (2020), Paulino (2020), Rosa et al. (2024) e Sampaio et al. (2025) fizeram apontamentos sobre o fracasso/insucesso escolar relacionado a relação social entre escola/família de semelhantes e também de diferentes formas, bem como as diversidades de condições socioeconômicas envolvidas.

Inicialmente, mesmo que houvessem sido selecionadas, na primeira fase da análise de dados, artigos, dissertações e teses, as pesquisas mais aprofundadas não se encontravam bem relacionadas com os descritores selecionados, todavia foram selecionados artigos científicos e monografias (Trabalhos de Conclusão de Curso) que se encaixavam nos critérios pré-definidos. Isso revela uma certa lacuna de pesquisas acadêmicas aprofundadas com investigação mais detalhada e minuciosa por parte de acadêmicos da área da pedagogia da educação sobre o tema.

Como primeiro estudo selecionado para revisão, de acordo com a pesquisa Xavier (2020), cujo tema da pesquisa aborda a relação escola-família e como esta influencia no processo de ensino-aprendizagem do aluno, o autor buscou compreender como a relação entre a instituição família e a instituição escola

influencia, positivamente ou negativamente, no desenvolvimento e sucesso acadêmico e social do aluno:

Reconhece-se que o acompanhamento da família causa motivação na criança e contribui para a diminuição da evasão, reprovação e violência no contexto educacional, entre outros fatores. Os pais ou grupo de pessoas responsáveis pelo discente devem se relacionar de forma ativa com a instituição educacional, ou seja, devem estar em cooperação em relação à educação das crianças (Xavier, 2020, p. 10).

Entretanto, a pesquisa também salienta que a má relação entre a família e a escola podem causar diversos prejuízos ao desenvolvimento do aluno como a delegação total da educação à escola por parte das famílias; maior sobrecarga dos professores, que, por vezes, precisam assumir funções que são da família; falta de tempo e disponibilidade dos responsáveis para atuação na educação dos alunos, muitas vezes atribuída à falta de tempo e rotina de trabalho, provindas da desigualdade social e à dificuldades de comunicação e interação entre as duas instituições.

Tendo isso em vista, o trabalho de Xavier (2020), partindo do pressuposto que, ainda há diversos desafios para essa integração como a falta de comunicação entre escola e família, descreveu que é de suma os papéis da família e da escola sejam exercidos, sendo a família primeiro agente responsável pelo cuidado, afeto, pela transmissão de valores, moral e cultura, como descreve o autor ao dizer que:

Considerando a função social da família, ressalta-se que ela é responsável pela sobrevivência física e psíquica dos seus filhos, deste modo é o primeiro grupo de mediação da criança. É por meio dessas relações que são transmitidos os hábitos e costumes da cultura (Xavier, 2020, p. 15).

Contudo, mesmo a escola sendo considerada o ambiente de socialização sistemática da educação formal, é necessário o envolvimento ativo dos responsáveis na prática de aprendizagem do aluno. Entretanto, por vezes, nota-se a inversão desses papéis na realidade. Sendo assim, o autor conclui que a participação da família na comunidade escolar está associada a fatores como melhor desempenho acadêmico, redução da evasão e diminuição de reprovações; bem como o desenvolvimento da autoestima do aluno, sua autoconfiança e motivação para estudar; e, conseqüentemente, uma facilitação do trabalho do professor; além da notável diminuição de problemas de indisciplina e de violência no ambiente escolar (Xavier, 2020, p. 21).

O segundo autor no qual selecionou-se a pesquisa na RSL também fez alguns apontamentos a respeito do problema do insucesso escolar e a possibilidade de

restaurar-se a interação entre escola e família, porém da perspectiva da neuropsicopedagogia. Segundo Santos (2020), o neuropsicopedagogo pode ser um instrumento para conscientizar e delimitar a atuação da escola e da família no processo de aprendizagem do aluno, buscando adaptar o ambiente escolar e o ambiente familiar do aluno para evitar o fracasso da aprendizagem desse aluno:

No caso, o Neuropsicopedagogo entra como uma peça fundamental buscando uma linhagem de frente para a implantação da Educação Especial Inclusiva mais humanizadora ressignificando as práticas educativas de forma que possa propiciando práticas pedagógicas significativas, ressignificando vínculos entre escola, família e educando (Santos, 2020, p. 4).

Por conseguinte, diante destas colocações, foi possível compreender na pesquisa que a intervenção neuropsicopedagógica tem uma importante função atrelada à instituição escolar quanto a relação família/escola, determinando meios de intervenção para a prática efetiva das funções da família e dos educadores tanto na educação familiar, quanto no ambiente escolar. Esses resultados corroboram com os de Santos (2020) que indicam a importância da participação familiar no processo de ensino do aluno.

Os seguintes autores desenvolveram estudos nos quais foram descritas técnicas ou ferramentas de intervenção diferentes das comumente utilizadas, que são a pesquisa bibliográfica qualitativa. Como já destacado, a maioria das pesquisas analisadas tem como metodologia a bibliográfica/qualitativa, sem apresentação de estatísticas diretas, com exceção das pesquisas de Paulino (2020) e de Rosa et al. (2024) que conceberam uma abordagem de dados empíricos através do método de aplicação de questionário e pesquisa de campo de Paulino e pelo método empírico quantitativo observacional comparativo na pesquisa de Rosa et al. (2024).

A pesquisa do autor Paulino (2020) tem como metodologia a pesquisa bibliográfica complementada pela aplicação de questionários virtuais (e-mail) à quinze profissionais da educação (gestores, coordenadores, orientadores e professores dos anos iniciais do ensino fundamental). Cabe salientar o contexto da produção desse trabalho sendo a pandemia da COVID-19, em que foi reforçado o papel da família no acompanhamento escolar em casa.

Dessa forma, os resultados obtidos na pesquisa realizada com docentes e educadores de Paulino (2020, p. 32) evidenciou que as crianças que eram acompanhadas pela família possuíam melhor desempenho escolar, além de outros benefícios na aprendizagem notados pelos docentes como maior disciplina e respeito

pelos educadores e demais colegas, maior atenção nas atividades em sala de aula e melhor desenvolvimento social e cognitivo. Em consonância com isso, o autor descreve:

A unidade de ensino, de acordo com os entrevistados, cumpri com o seu papel de estabelecer meios para uma boa relação com a família, pois entende que essa é uma ação necessária e rica, em especial no que concerne a formação da criança, seja por criar meios para estabelecer disciplina e respeito entre docentes e discentes, seja por promover ao aprendente o seu desenvolvimento cognitivo (Paulino, 2020, p. 34).

Entretanto, observou-se as mesmas barreiras descritas nas demais pesquisas, para a participação das famílias na educação escolar de seus filhos decorrentes da desigualdade social, causando uma transferência de responsabilidades da família para a escola. Assim, o autor defende que nos últimos anos, muitas famílias têm delegado à escola o seu papel de responsabilidade na educação das crianças, (Paulino, 2020, p. 21), mesmo sabendo que não cabe à escola carregar sozinha o dever de educar a criança, mas trata-se de uma ação conjunta. O estudo, nesse viés, reforça a corresponsabilidade da família e da escola como decisiva para combater o fracasso escolar, demonstrando que a falta de acompanhamento familiar contribui para a reprovação e desistência escolar, mas revelando resultados positivos quando a família tem participação ativa.

Em conformidade com isso, a pesquisa de Rosa, Magalhães e Silveira (2024), descreve também como a relação da família com a educação escolar implica no desempenho escolar de cada aluno, especialmente na educação básica. Através de uma metodologia diferente das comumente usadas, os autores realizaram um estudo de metodologia observacional comparativa, de caráter quantitativo e corte transversal, evidenciando como a relação escola/família constitui um eixo central para a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem, destacando-se como um fator determinante para o rendimento escolar do aluno.

Os resultados revelaram consenso entre os profissionais entrevistados e que o envolvimento da família favorece não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas, traz um resultado diferente das demais pesquisas, em que os aspectos socioemocionais das crianças também são aprimorados, a disciplina, motivação e a autoestima. Apesar de reconhecerem a importância dessa parceria, os educadores relataram que a aproximação ainda se restringe, em grande parte, a reuniões periódicas e eventos escolares, o que limita o diálogo contínuo e efetivo.

Consoante a isso, os autores argumentam em prol do fortalecimento da relação que exige práticas de interação que integrem a família como agente ativo do processo educativo. Ao relacionar esses achados aos demais estudos da revisão sistemática, observa-se que a pesquisa confirma que a literatura associa o insucesso escolar à ausência de acompanhamento familiar, especialmente em contextos de desigualdade socioeconômica. Essa pesquisa contribui também para a compreensão de que a corresponsabilidade entre escola e família é essencial para evitar o fracasso escolar.

Nesse contexto, o estudo de Sampaio et al. (2025) aponta para a corresponsabilidade tanto da escola como da família no processo de ensino aprendizagem, destacando este como um dos principais fatores que influenciam o insucesso escolar, pois muitos acreditam que a educação formal é uma responsabilidade somente da instituição escolar, porém a participação da família é primordial no processo. A pesquisa também é de natureza qualitativa bibliográfica, mas envolveu entrevistas com professores, gestores e familiares para compreender os desafios dessa relação junto com a literatura já existente.

Assim como nas pesquisas anteriores, os resultados revelaram que a presença da família na rotina escolar favorece a aprendizagem, melhora o comportamento e fortalece o vínculo afetivo entre alunos e professores. Em semelhança com as pesquisas anteriores presentes nessa RSL, os autores ressaltam que essa participação ainda é marcada por obstáculos como dificuldades de comunicação entre escola e responsáveis, falta de tempo dos familiares e, até mesmo, ausência de preparo da própria escola para promover uma aproximação mais efetiva. Além disso, Sampaio et al. (2025) revela também que as dificuldades econômicas e a desigualdade social das famílias restringem a presença desse a vida escolar dos filhos:

Embora as condições materiais das famílias não possam ser ignoradas, é possível promover aproximações significativas por meio da escuta ativa, do reconhecimento das subjetividades e da valorização das narrativas comunitárias. Os projetos pedagógicos devem prever estratégias concretas de integração com a comunidade, assegurando que a presença das famílias na escola seja qualificada, respeitosa e efetiva (Sampaio. Et al. 2025, p. 41071).

Outras estratégias de pesquisa encontradas nessa revisão foram descritas por Paulino (2020) e por Rosa et al. (2024) que buscaram destacar por meio de pesquisas de campo, questionários, entrevistas e dados empíricos como é comprovado o impacto de uma relação positiva entre os familiares do aluno e a instituição escolar.

Diante dessas colocações, podemos perceber um ponto de convergência central em todos os estudos, que a relação entre escola e a família exerce papel preponderante no sucesso ou no fracasso escolar do aluno, mesmo com diferentes métodos ou abordagens.

Diante dos resultados descritas, dos dados coletados nesta revisão, foram capazes de confirmar que, apesar de todos partirem do mesmo pressuposto, cada autor se diferencia pelo seu foco adotado. Enquanto Xavier (2020) observa o papel da família como primeira instituição socializadora, responsável por transmitir valores, cultura e apoio afetivo, Santos (2020) traz contribuições da neuropsicopedagogia como mediadora entre a escola e a família, reforçando a necessidade de práticas inclusivas e humanizadoras para famílias de diferentes condições sociais. Já Paulino (2020) sublinha que o acompanhamento familiar intensificado no contexto pandêmico resultou em ganhos de disciplina, atenção e desempenho, mas também expôs as barreiras de integração entre escola e família.

O estudo de Rosa et al. (2024), consentindo com as mesmas concepções dos demais estudos, acrescentou em sua perspectiva quantitativa que, embora o envolvimento familiar seja decisivo, ele ainda acontece de forma restrita e unilateral, concentrado em reuniões e eventos ocasionais. Por fim, a pesquisa de Sampaio et al. (2025) reforça a responsabilidade da escola e da família, relacionando desafios provindo das desigualdades socioeconômicas das famílias e da falta de estratégias qualificadas da escola, defendendo a necessidade de projetos pedagógicos que valorizem a comunidade e promovam aproximações mais significativas.

Em resumo, todos os estudos selecionados convergem com o objetivo de obter melhorias relacionadas a integração entre escola e família como indispensável para combater o fracasso escolar, no entanto, observou-se que alguns estudos se atentaram à profissionalização da educação dos encarregados da área, alguns desprezaram sobre fatores como a função social e cultural da família e da escola, e sobre as mediações pedagógicas e contextos sociais específicos, enquanto outros autores evidenciam as limitações práticas e estruturais que dificultam essa parceria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise dos estudos selecionados, buscou-se compreender como a interação entre escola e família influencia os processos de aprendizagem do aluno

e como essa relação pode atuar na prevenção ou na reprodução do fracasso escolar nos anos iniciais do ensino. Desse modo, o presente trabalho teve como propósito analisar, fundamentando-se na literatura existente na área, as implicações que existem entre a relação escola/família e a construção social do fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental.

Para isso, o estudo fundamentou-se no que as teorias afirmam sobre a concepção de família e a educação escolar, entendendo que a escola funciona dando continuidade a educação familiar e não se restringindo à mera transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas contribuindo para o desenvolvimento pleno de cada aluno. Logo, a família e escola, embora desempenhem papéis distintos, compartilham a mesma intenção de promover o desenvolvimento integral das crianças.

Ademais, a fundamentação também buscou dissertar acerca dos processos avaliativos de ensino presentes na escola. Diante disso, compreendeu-se que a avaliação da aprendizagem se constitui como um componente fundamental do processo educativo, já que, por meio dela é possível pensar e organizar o fazer pedagógico para garantir a aprendizagem de todos os estudantes. Nesse sentido, concebeu-se que a avaliação da aprendizagem reflexiva e formativa pode potencializar o desenvolvimento dos estudantes e contribuir para uma educação mais inclusiva que cumpra seu papel transformador da realidade social. Contudo, a persistência de práticas avaliativas classificatórias e excludentes ainda no ensino atual impactam de maneira intensa os alunos cujas famílias possuem pouca escolarização ou não conseguem acompanhar e entender o percurso escolar dos seus filhos.

Aliado a isso, também se destacou sobre as origens do fracasso/insucesso escolar, que pode ser entendido como a incapacidade do sistema educacional de garantir que todos os estudantes alcancem níveis satisfatórios no progresso acadêmico. Assim, inferiu-se que o fenômeno se manifesta, principalmente, por meio da retenção, da evasão e do baixo desempenho em avaliações formativas e nos exames avaliativos do sistema educacional, sendo importante destacar que o insucesso escolar atinge de forma mais intensa os estudantes oriundos das camadas socialmente vulneráveis.

Questionou-se, também, sobre a função social da escola e suas relações com o acompanhamento do desempenho dos alunos, entendendo que essa função vai além da preparação para o mercado de trabalho e da transmissão de conhecimentos

acadêmicos, mas tem papel essencial no desenvolvimento integral da criança, não devendo ser um espaço exclusivo para a formação acadêmica, mas como parte essencial para a construção da identidade, da socialização e da vivência cultural.

Tomando essa fundamentação como base para a pesquisa, realizou-se uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com intuito de compreender, por meio dos últimos estudos sobre a temática, como ocorre o fracasso escolar relacionado à relação escola/família. Como pontos de concordância entre todas as pesquisas que foram revisadas, destacou-se que a participação familiar afeta, positivamente ou negativamente, o desempenho escolar; bem como a ausência da família é associada a reprovação, evasão e dificuldades de aprendizagem dos alunos.

A maioria dos resultados evidenciou-se que os empecilhos que dificultam a interação da família com o processo de aprendizagem escolar do aluno se dão por obstáculos que evidenciam as desigualdades sociais como falta de tempo, falhas na comunicação e em longas jornadas de trabalho, pouca escolarização dos pais e falta de instrução escolar que dificulta o entendimento do processo de ensino dos filhos, sendo, desse modo, necessário ampliar as práticas de interação para desenvolver políticas que considerem as desigualdades sociais que atravessam essa relação entre as famílias e a escola.

Os achados dos estudos apontaram para a conclusão de que a corresponsabilidade entre escola e família é indispensável para a educação, na qual a ausência dessa parceria não pode ser atribuída a um único agente, mas é um reflexo de condições socioestruturais. Isso demonstra a grande necessidade de pesquisas mais aprofundadas, pois se notou a falta de análises acadêmicas mais pormenorizadas como dissertações e teses, e a falta de pesquisas empíricas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gizele Aparecida; CRUZ, Luciana Hoffert Castro; GOMES, Larissa Layane. Algumas contribuições de Philippe Perrenoud relativas à “Pedagogia das Diferenças” e aos princípios e práticas da avaliação escolar. **Revista eletrônica pesquiseduca**, Santos, V.14, N.35, p. 635-659, maio-ago, 2022.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório de Resultados do Saeb 2021 – Volume 1**: Contexto Educacional e Resultados em Língua Portuguesa e Matemática para o 5º e 9º Anos do Ensino Fundamental e Séries Finais do Ensino Médio. Brasília, DF: Inep, 2024. 261 p. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2021/resultados/relatorio_de_resultados_do_saeb_2021_volume_1.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

CHARLOT, Bernardo. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CRUZ, Fatima Maria Leite. Avaliação da aprendizagem na educação superior. In: LIRA, Ana Karina Moraes de; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde Ferreira (org).

Formação continuada de professores da educação superior na UFPE:

Reflexões vivenciadas em cursos de aperfeiçoamento didático-pedagógico. Recife: Ed. UFPE, 2021. p. 140-155.

CRUZ, Fatima Maria Leite; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A relação família-escola: fronteiras e possibilidades. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 17, n. 35, p. 443-454, set.-dez. 2008

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

INAF – INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL. **Relatório INAF 2018**. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018. Disponível em: <https://www.acaoeducativa.org.br> . Acesso em: 15 dez. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 3, pág. 1-5, 1996.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 5. ed. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

PAULINO, Joselia Costa Lima. A relação entre pais e escola: a influência da família no desempenho escolar do aluno. 2020. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Taperoá, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17844/1/JCLP23072020.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ROCHA, Maria da Conceição. **A contribuição da afetividade na aprendizagem escolar na educação infantil**. 2016. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia a Distância), Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/42166>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

ROSA, Tatiana da; MAGALHÃES, Cleidilene Ramos; SILVEIRA, Luiza Maria de Oliveira Braga. Envolvimento família-escola e suas implicações no desempenho escolar na educação básica. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 28, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/WH4ZWCfNNvsKM4ZwZjQBWNM/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SAMPAIO, Raniere Oliveira; SANTOS, Denner Rogério dos; MOURA, Karine Soares; FARIAS, Thais Lopes de; SILVA, Douglas da; BARBOSA, Cláudia Maria. A relação família-escola no processo de aprendizagem: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 14, n. 2, 2025.

SANTOS, Lenilda Pereira. As contribuições da neuropsicopedagogia para o insucesso escolar: possibilidade de restauração da escola e família. CONEDU, VII Congresso Nacional da educação, 2020.

SARNOSKI, Eliamara Aparecida. Afetividade no Processo de Ensino-Aprendizagem. **Revista de Educação do Ideau**, Vol. 9 – Nº 20 - Julho – Dezembro, 2014. Semestral. Disponível em: http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/223_1.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2025

XAVIER, Gêisa Keomma Frazão. Relação escola-família: influência no processo de ensino-aprendizagem do aluno. 2020. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.